



**Higiene e higienismo na Escola Moderna de Barcelona (1901-1906):  
entre as transformações dos costumes e a tensão com as tradições**

Hygiene and hygienism in the Modern School at Barcelona:  
between the transformations of customs and the tension over traditions

Higiene e higienismo en la Escuela Moderna de Barcelona (1901-1906):  
entre las transformaciones de las costumbres y la tensión con las tradiciones

Pedro Henrique Prado da Silva  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (Brasil)  
<https://orcid.org/0000-0002-0681-6591>  
<http://lattes.cnpq.br/1544967904238877>  
[pedro.silva@ifnmg.edu.br](mailto:pedro.silva@ifnmg.edu.br)

**Resumo**

Este texto se preocupa em investigar os modos como a retórica higienista, proeminente na passagem do séc. XIX para o séc. XX, se adaptou aos propósitos da Escola Moderna de Barcelona (1901-1906), uma experiência escolar anarquista. A partir de conceitos da História Social, sobretudo aquela de tradição inglesa, buscou-se capturar essa voga higienista nas prescrições produzidas pela referida escola e presentes em seu periódico oficial, o *Boletín de la Escuela Moderna*, entre os anos de 1901 e 1906, bem como na obra *La Escuela Moderna de Barcelona* (1907), publicada pelo seu fundador Francisco Ferrer y Guardia (1859-1909). Foi possível constatar que, naquela experiência escolar, investiu-se em inculcar novos conhecimentos e comportamentos nos estudantes, visto que os “antigos” hábitos deveriam ser superados em favor de uma melhora na saúde física, intelectual e moral deles. Entretanto, esse processo não foi impassível.

**Palavras-chaves:** Higienismo; Educação das Sensibilidade; Escola Moderna de Barcelona.

## Abstract

This text aims to investigate the ways in which the hygienist rhetoric, prominent at the turn of the 19th century into the 20th century, it was adapted to the purposes of the Modern School of Barcelona (1901-1906), an anarchist school experiment. Based on Social History concepts, especially from English tradition, the aim was to capture this hygienist trend in the prescriptions produced by the aforementioned school and present in its official journal, the *Boletín de la Escuela Moderna*, between 1901 and 1906, as well as in the work *La Escuela Moderna de Barcelona* (1907), published by its founder Francisco Ferrer y Guardia (1859-1909). It was possible to verify, in that school experiment, there was an investment in instilling new knowledge and behaviors in students, since the “old” habits had to be overcome in favor of an improvement in their physical, intellectual and moral health. However, this process was not impassive.

**Keywords:** Hygienism; Education of the Sensibilities; Modern School of Barcelona.

## Resumen

Este texto se preocupa por investigar las formas en que la retórica higienista, prominente en el cambio de siglo XIX al siglo XX, adaptada a los fines de la Escuela Moderna de Barcelona (1901-1906), una experiencia escolar anarquista. A partir de conceptos de la Historia Social, en especial de la tradición inglesa, se intentó plasmar esta moda higienista en las prescripciones elaboradas por la referida escuela presentes en su diario oficial, el *Boletín de la Escuela Moderna*, en el transcurso de los años 1901 a 1906, así como en la obra *La Escuela Moderna de Barcelona* (1907) publicada por su fundador Francisco Ferrer y Guardia (1859-1909). Se pudo constatar que, en esa experiencia escolar, hubo una inversión en inculcar nuevos conocimientos y comportamientos en los alumnos, ya que los “antiguos” hábitos deben ser superados en favor de una mejoría en su salud física, intelectual y moral. Sin embargo, este proceso no fue infranqueable.

**Palabras-clave:** Higienismo; Educación de la Sensibilidad; Escuela Moderna de Barcelona.

Recebido: 27/02/2024

Aprovado: 24/06/2024

## Introdução

É ponto pacífico na historiografia a compreensão de que a retórica higienista ganhou proeminência ao longo do século XIX até a metade do século XX, sobretudo, impulsionada pelos interesses reformistas da medicina, seu principal vetor de propaganda. Esse movimento inventariou um conjunto de ações: as reformas arquitetônicas e urbanísticas nas grandes metrópoles; a criação de instituições privadas e públicas com a função de estabelecer parâmetros de saúde e a execução da vigilância sanitária sobre a população; a emergência de algumas especialidades médicas – psiquiatria, ginecologia, puericultura, neurologia, entre outras; a construção de saberes destinados às questões higiênicas-sanitárias etc. Essas ações visavam, em geral, um interesse comum entre aqueles que se inclinaram em favor dessas investidas higienistas que envolviam a busca pela regeneração intelectual, física e moral do povo. Estaria nas reformas sanitárias empreendidas a superação dos malefícios sociais que deixavam as grandes cidades aturdidas. No entanto, a retórica higienista foi bastante polifônica e se mostrou multifacetada, apresentando ideias, atores e instituições que ora convergiam, ora se antagonizavam.

Conquanto, o ponto de interseção entre os diferentes grupos higienistas se encontra no consenso de que a população que deveria passar por uma reforma sanitária era a mais pobre. Desse entendimento emerge a necessidade de modular os corpos das classes proletárias, tendo como parâmetro o corpo burguês, sob o argumento de que esse seria um modo de civilizá-los. Como afirma Cinthya Greive Veiga (2009, p. 70):

a partir de meados do século XVIII, diferentes saberes e acontecimentos concorreram para as alterações nos comportamentos das famílias e na educação das crianças. Entre eles podemos destacar o higienismo e no século XIX, a escolarização, a industrialização, a eugenia, a consolidação de uma moral burguesa e o desenvolvimento de uma cultura de privatização e intimidades. Especialmente aqui, destaco no século XIX, a difusão dos saberes elementares para todas as camadas da população como indicador do pensamento das elites de que era necessário estender as civilidades.

O par civilizado *versus* bárbaros/incivilizados/selvagens esteve presente de forma recorrente nas narrativas higienistas, nos manuais de etiqueta e nas prescrições de médicos sanitaristas. Essa polarização ganhou força com o surgimento dos estudos antropométricos e etnográficos centrados somente na dimensão biológica da população, tais como a eugenia, a antropometria, a craniologia etc. Tais correntes de pensamento enfatizavam as vantagens da população ariana e burguesa comparada a outras raças e classes sociais. Hobsbawm (2019, p. 56) comenta que, na passagem do século XIX para o XX,

a humanidade estava cada vez mais dividida na cepa enérgica e talentosa da classe média e nas massas indolentes, condenada à inferioridade por suas deficiências genéticas. Apelava-se à biologia para explicar a desigualdade, em particular aqueles que se sentiam destinados à superioridade.

Desse modo, regenerar o povo foi sinônimo de buscar meios para preparar os corpos da população à imagem e semelhança dos corpos burgueses. Certamente, o envolvimento de diferentes setores da sociedade foi incontestemente para sustentar as ambições superlativas desse plano, ao passo de se verificar a notória simbiose entre medicina e educação como um

movimento quase que inevitável. De alguma maneira essa retórica higienista ganhou ecos nas instituições escolares, como demonstram alguns estudos, o que animou o aparecimento do saber “higiene” nos programas escolares e intensificou as preocupações com os corpos da infância na escola (Bañuelos, 2000; Pozo Andrés, 2000; Lopes de Paiva, 2004; Rocha, 2009; Viñao, 2010; Moreno *et. al.*, 2012). A “higiene” dentro da escola tinha o papel de solucionar os problemas sociais que afligiam a população mais pobre, ainda que as problemáticas de caráter higiênico advindas dessas classes eram, na sua maioria, de ordem econômica. Elas abrangiam a falta de recursos para uma dieta nutricional adequada; a necessidade de moradia com saneamento básico; o acesso à água potável; sem contar as longas horas de trabalho nas fábricas para homens, mulheres e crianças. Diversos intelectuais, naquele momento, defendiam que muitos dos problemas sociais, endemias e a pobreza poderiam ser solucionados com a mudança de comportamento e a assimilação dos conhecimentos referentes à “higiene”. Com efeito, o choque entre os costumes que os alunos de classes mais baixas levavam para a escola e a mentalidade higienista, que circulou na época, foi premente. Fato que tornou a perseguição às tradições populares uma máxima entre médicos, pedagogos, professores, políticos e outros agentes envolvidos com a educação da infância (Ocaña, 1998; Ocaña; Perdiguero, 2006).

Desse modo, o objetivo deste texto é compreender como que a retórica higienista, cujo propósito foi regular os comportamentos e os corpos da infância na escola sob a égide do caráter burguês, se adequa aos pressupostos pedagógicos da Escola Moderna de Barcelona (1901-1906), uma experiência educacional anarquista. Para tanto, analisa-se as prescrições sobre “higiene”, “exercícios corporais” e “inspeção de limpeza”, saberes presentes no seu programa, bem como a atuação do “médico escolar” Andrés Martínez Vargas (1861-1948) naquela experiência. Essas prescrições podem ser extraídas do órgão oficial da Escola Moderna, o *Boletín de la Escuela Moderna*, entre os anos de 1901 e 1906. Além disso, analisou-se a obra *La Escuela Moderna* (2013 [1907]<sup>1</sup>), escrita pelo seu fundador Francisco Ferrer y Guardia.

Para a investigação que se objetiva mobilizou-se o conceito de “economia moral” utilizada por Edward Palmer Thompson (1998). Nessa perspectiva, o foco da análise não se encontra exclusivamente nas problemáticas econômicas, mas se estende a compreender como os costumes, as tradições populares, as rezas, os hábitos, os rituais etc. têm influência em fenômenos sociais, bem como na vida comum das pessoas. Como o próprio Thompson comenta, quando esclarece o que buscava com seu estudo sobre os motins de fome, abordado em seu emblemático texto *A economia moral da multidão inglesa no século XVIII* (1998, p. 204),

O meu objetivo de análise era a *mentalité* ou, como prefiro dizer, a cultura política, as expectativas, as tradições e até as superstições dos trabalhadores que com mais frequência se envolviam nas ações no mercado; as relações – às vezes negociações – entre a multidão e os governantes, denominadas pelo termo insatisfatório de ‘motim’.

A dimensão econômica e as tradições populares encontram-se em uma arena de conflitos, disputas e negociações, ou, de modo mais objetivo, as pessoas não se movem somente quando motivadas pelas problemáticas econômicas, mas também pelas necessidades invocadas pelo costume, uma força motriz que não se pode negligenciar. O caso se estende às análises da história da educação, no qual deve-se atentar como opera-se com os costumes, os comportamentos e a tradição no cotidiano escolar. Os embates entre gerações, autoridades e classes sociais estão em camadas mais profundas e não podem ser vistos facilmente sem atentar para as subjetividades advindas dos costumes que estudantes e professores carregam para dentro da escola.

<sup>1</sup> Entre colchetes está o ano da primeira edição [1907] da obra.

## Escola Moderna de Barcelona: as investidas contra a ignorância e a emancipação do proletariado

A história da Escola Moderna de Barcelona por muitas vezes se confunde com a trajetória histórica de seu fundador, pelo fato de que Francisco Ferrer y Guardia dedicou esforços de uma vida para erguer um projeto de escola que subvertesse a lógica da educação tradicional, sobretudo, aquela advinda da Igreja Católica na Espanha. É preciso lembrar que Ferrer y Guardia, desde seu período de exílio na França, a partir de 1885 até sua morte em 1909, sempre esteve envolvido com o ofício docente, fosse dando aulas de espanhol em Paris, fosse focado nas atividades da Escola Moderna<sup>2</sup>. Cabe ainda ressaltar que ele vivenciou o alvoreço de intelectuais franceses com as reformas do ensino na década de 1880, empreendidas por Jules Ferry na França, bem como o ambiente favorável na Espanha para as investidas de uma *intelligentsia* preocupada com a “modernização” do sistema educacional do país, impulsionada pelo movimento *regeneracionista*. Foi a partir das experiências adquiridas naquele contexto que, quando retornou para Barcelona, Ferrer y Guardia decidiu fundar uma escola. Logo que chegou, buscou um local adequado, comprou os materiais e organizou os interessados para atuarem como docentes.

Organizou-se uma Junta Consultiva com a proposta de concretizar a obra, composta por “D. Jaime Peiró, professor; D. E. Canibell, da Biblioteca Arús; D. J. Salas Antón, advogado; J. Peiró, médico; D. Jaime Brossa, publicista; C. Jacquinet, Diretora; e F. Ferrer y Guardia, fundador” (Muro, 2009, p. 57). A Escola Moderna ainda possuía um Comitê de Honra formado pelo

reitor da Universidade de Barcelona, Rodriguez Méndez, o naturalista Odón de Buen, o biólogo Ramon y Cajal, os médicos Lluria e Martinez Vargas, o anarcosindicalista Anselmo Lorenzo, José Prat e os professores Salas Antón, Corominas, Maseras e C. Jacquinet (Muro, 2009, p. 57).

Logo após a organização de seus membros colaboradores e a escolha de um espaço, a referida instituição iniciou suas funções no dia 8 de setembro de 1901, no endereço da Rua Bailen, 56<sup>3</sup>. O local ficava em um pequeno prédio na região central de Barcelona, próximo ao *Parc de la Ciudadella* e à *Plaza Tetuan*.

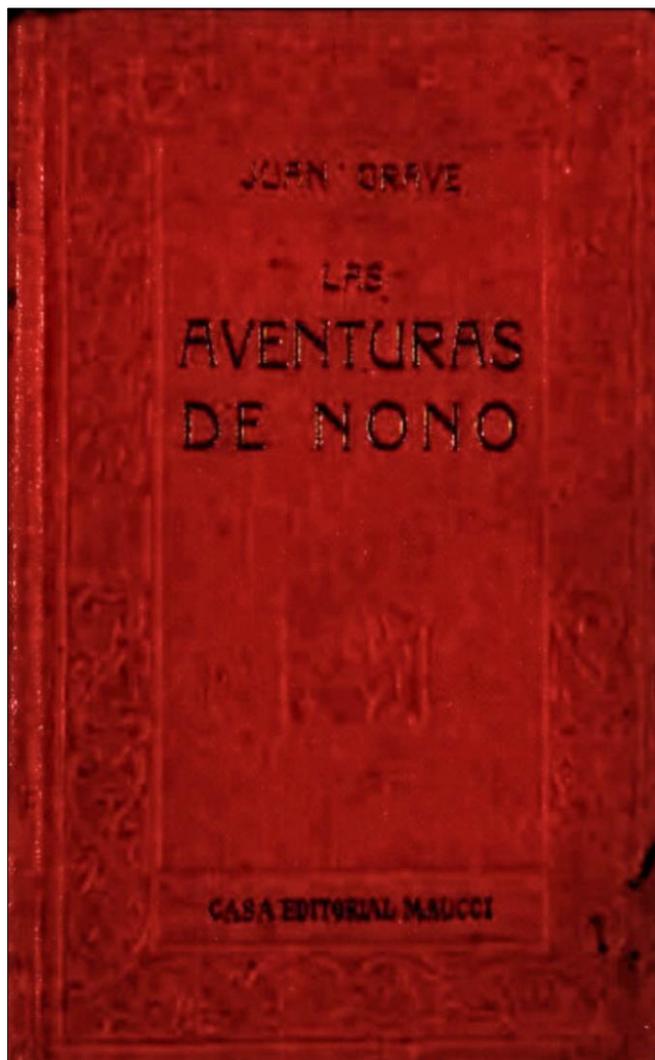
Entre seus colaboradores estavam alguns anarquistas, como José Prat, Ricardo Mella, Anselmo Lorenzo, Paul Robin, entre outros (Lugan, 1921). A presença de anarquistas na rotina da Escola Moderna a tornou uma experiência que divergiu em alguns aspectos de outras instituições escolares em território espanhol. Destaca-se a presença de conteúdos em seu programa que acentuaram críticas aos governos monárquicos, ao capitalismo e ao patriotismo. Além disso, alguns de seus manuais escolares tinham como tema central a desqualificação da Igreja Católica, com forte tom anticlerical e cientificista. Isto é, muitos dos conteúdos transmitidos pela Escola Moderna tinham uma clara dimensão política, no sentido de revelar aos alunos quais instituições e ideias não convergiam com os propósitos da escola de combater todo tipo de dominação. A título de exemplo, podemos citar os manuais *La Aventura de Nono* (Grave, 1903) e *La Origen del Cristianismo* (Malvert, 1906), ambos traduzidos e editados pelo anarquista Anselmo Lorenzo (Prado da Silva, 2021).

---

<sup>2</sup> Para saber mais sobre a trajetória de vida de Francisco Ferrer y Guardia e da Escola Moderna de Barcelona, ver: Solà Gussinyer, 1980.

<sup>3</sup> A primeira instalação da Escola Moderna foi na mesma rua, porém, no n.º 70. Ficou nesse local por pouco tempo, logo se mudando para a sede definitiva, no n.º 56.

**Figura 1** – Capa do livro *Las Aventuras de Nono*, de Jean Grave



**Acervo:** Fundación Francisco Ferrer i Guardia.

Para Ferrer y Guardia o combate de todo o tipo de dominação apenas seria possível por meio de uma educação racional e científica, a fim de emancipar intelectual e moralmente o proletariado espanhol. Portanto, segundo seu fundador:

A missão da Escola Moderna consiste em fazer com que os meninos e as meninas que lhe forem confiados se tornem pessoas instruídas, verdadeiras, justas e livres de qualquer preconceito. Para isto, o estudo dogmático será substituído pelo estudo racionalizado das ciências naturais (Ferrer y Guardia, 2013 [1907], p. 38).

Não por acaso, naquele momento, o programa da Escola Moderna se configurou em saberes caros para intelectuais, médicos, políticos e pedagogos que viram na ciência e na educação racionalista um caminho para a “regeneração” do povo. O papel de provocar o melhoramento na vida da população apresentava-se em saberes como “higiene”, “fisiologia humana”, “exercícios corporais”, “inspeções de limpeza”, entre outros. Soma-se a isso, diante das preocupações de sanitização, a instituição da função de médico escolar, com o intuito de fazer valer as ambições higienistas dentro da escola, sendo esse personagem uma referência sobre o assunto.

Em 1902, a convite de Francisco Ferrer y Guardia, o pediatra Andrés Martínez Vargas, professor da Universidade de Barcelona na época, iniciou sua participação como médico escolar da Escola Moderna. A ideia inicial seria a realização de conferências públicas todos os domingos, momentos em que pais, crianças e todas as pessoas interessadas pudessem acompanhar suas palestras. Todavia, a colaboração de Martínez Vargas, com o passar dos anos, acabou se tornando mais intensa, desencadeando o aumento de sua participação com inspeções sanitárias, prescrições de atividades e de medidas profiláticas para serem adotadas entre os docentes, além da elaboração de um manual sobre botequim escolar<sup>4</sup>.

No próximo tópico, veremos como essas prescrições e práticas de saberes de caráter higienista se sucederam no programa da Escola Moderna.

### **Corpos, costumes e tradições na Escola Moderna**

Na passagem do século XIX para o XX, a imperiosa necessidade, vinda de setores espanhóis, de se atribuir ao corpo importância na escola, se materializa com o real decreto de 26 de outubro de 1901, assinado pelo então ministro de Instrução Pública e Bellas Artes, Conde de Ramanones. Seu propósito central foi reformular o sistema de ensino primário na Espanha, estabelecendo novos saberes para os programas das escolas públicas no país (Espanha, 1901, p. 498). Entre esses saberes estava a introdução dos conteúdos sobre “higiene” e os “exercícios corporais” como obrigatórios na educação primária. O fato teve um efeito satisfatório no meio social, em especial, naquela *intelligentsia* espanhola preocupada com as questões higiênico-sanitárias. Muitos médicos, políticos, pedagogos, arquitetos, psicólogos etc. aderiram à retórica higienista sob o suposto argumento de que as reformas e ações sanitárias seriam o primeiro passo da modernização do país e do melhoramento da raça espanhola, de modo a minorar os efeitos das endemias e doenças por meio de um aprimoramento físico e moral da população. Essa campanha “modernizadora”, que estimulou uma reforma corporal e moral na população, forneceria resultados também às habilidades físicas para o trabalho, o que, supostamente, traria vantagens à economia do país (Viñao, 2004).

A Escola Moderna de Barcelona, ainda que não reproduzisse na totalidade o programa obrigatório promulgado na referida lei<sup>5</sup>, adotou parte substancial desse programa, inclusive os saberes de “higiene” e “exercícios corporais”. Certamente, a “[...] educação e instrução sanitária para as crianças [...]” (Vargas, 1903, p. 28) foram de fundamental importância naquela escola, como comentou o médico escolar Andrés Martínez Vargas. A introdução dos saberes higiênicos se tornava, então, uma máxima no ensino da Escola Moderna. Essa instrução sanitária buscava cumprir a responsabilidade de modificar os maus comportamentos dos estudantes, tais como: “[...] o uso do mesmo banheiro, do mesmo copo, a troca de lápis, lapiseiras que passam de mão em mão e de boca em boca, a partilha de lanches como pão e outras guloseimas [...]”, uma vez que esses costumes foram vistos por Martínez Vargas como “[...] uma promiscuidade perigosa para a coletividade” (Vargas, 1903, p. 26). Na visão do pediatra, esses hábitos eram vetores de transmissão de doenças, por isso, foi preciso atuar firmemente contra eles. O papel do médico escolar seria combatê-los através de “[...] conferências de higiene semanais ou quinzenais, e procedia por habituar as práticas de higiene, lavar as mãos, boca, banhos, natação, limpeza de unhas etc.” (Vargas, 1903, p. 28).

---

<sup>4</sup> Para saber mais sobre o pediatra, ver: Andrés, 1981; Matías, 2015. Quanto à função do médico escolar na Espanha, na passagem do século XIX para o século XX, ver: Mar del Pozo Andrés, 2000.

<sup>5</sup> A título de exemplo, “História Sagrada e Cristã”, conteúdo obrigatório nos programas das escolas primárias, não foi incluído no programa da Escola Moderna de Barcelona. Inclusive, muitos dos manuais escolares utilizados nessa experiência escolar foram taxados de anticlericais. Para mais informações sobre esse tema, ver: Muro, 2009; Solà Gussinyer, 1980.

Em geral, estavam nesse sistema de atividades teóricas e práticas as ferramentas para condicionar hábitos higiênicos nas crianças. Tal ensino focalizou em inculcar nos estudantes o conhecimento sobre o corpo humano, bem como procedimentos terapêuticos, cujo fim era promover a manutenção da saúde física e intelectual. “Ensinando a criança a amar sua saúde, acabo por conservá-la [...]”, comenta Vargas (1903, p. 28) que, nessa perspectiva, buscava ultrapassar os muros da Escola Moderna, visto que ensinando os hábitos higiênicos para a criança, “[...] em casa transmite aos seus pais e amigos os conselhos aprendidos e dessa forma se verifica uma irradiação escolar conveniente” (Vargas, 1903, p. 28).

A tônica do discurso de Martínez Vargas está nas suas pretensões reformistas, que não se limitaram à modificação de hábitos somente dos estudantes, ao passo que o problema social não estaria circunscrito à Escola Moderna, mas, sobretudo, o interior da escola refletiria as problemáticas sanitárias que assolavam as grandes metrópoles modernas. Endemias decorrentes da superpopulação nas áreas urbanas, da industrialização e da insalubridade dos meios de trabalho; dificuldades de acesso à água potável; longas horas de trabalho que consumiam a saúde da população mais pobre – tanto crianças quanto adultas; e péssimas condições das moradias são algumas das experiências que assolaram, em especial, os desfavorecidos (Mayor Mayor, 2002). Ainda que fossem reconhecidamente problemáticas de ordem econômica, para muitos intelectuais, elas poderiam ser mitigadas com a apreensão dos saberes higienistas.

Assim, a dimensão do alcance da educação transmitida pela Escola Moderna se justificava em vista de que haveria um fenômeno social reconhecido por Martínez Vargas como um mal maior: a ignorância.

é desanimador ver a ignorância dominante na sociedade, em que as instituições, os funcionários, as classes e os indivíduos caminham a cegas, quando não se veem empenhados obstinadamente a praticar o pernicioso, o mal, tendo-o como saudável e bom, e a dor aumenta considerando que todo esse conjunto de distorções se traduz em discórdia, inimizade, em raiva e em morte prematura (Boletín, 1902, p.11).

Em outra passagem, uma das prescrições do médico escolar tratou dos perigos dos remédios caseiros, em que assevera sobre o costume que as mães têm de utilizar métodos terapêuticos em seus filhos sem orientação médica, e como essa prática poderia ser prejudicial para a saúde das crianças. Nessa prescrição, afirmou:

As vítimas da ignorância são incontáveis. Mas o mais terrível desse fato são as crianças inocentes que pagam com dores agudas, deformidades ou mesmo com a própria vida, por causa da negligência de seus parentes e as intromissões de sua gente (Vargas, 1905, p. 9).

Esteve cristalizado na visão do médico escolar que o mal que contaminava os comportamentos e as mentes das crianças era a ignorância dos adultos, entendida como um problema intelectual. Ou seja, a falta de instrução levava os pais a negligenciarem as evidências científicas advindas dos círculos médico-sanitários, tornando legítimas as tradições populares, tais como as rezas, os curativos, as cerimônias e as bebidas, que eram vistas como substitutos ou único modo de proceder no que se referia a métodos terapêuticos para doenças. Como afirma Le Breton (2006), a medicina social, em geral, combateu os chás terapêuticos, as rotinas de massagem, os banhos de sais e ervas, as rezas, entre outros procedimentos, atribuindo-os como práticas selvagens, curandeirismo, charlatanismo, feitiçaria, e rótulos afins, para desqualificar tais tradições sob o pretexto de modernizar os ritos medicinais (Le Breton, 2006). É evidente que a Escola Moderna assume posição similar. Para além de modernizar os conhecimentos e

comportamentos dos estudantes, estaria nos seus intentos proporcionar a manutenção da vida biológica dessa população frente a todas as experiências hostis emergentes de uma sociedade em franco processo de urbanização e industrialização, como era o caso de Barcelona.

Por isso, a aquiescência da Escola Moderna em educar com conhecimentos científicos e assimilar novos costumes, acompanham a lógica na qual deveria se superar determinadas tradições que poderiam ser danosas à saúde da criança e, por esse motivo, deveriam ser combatidas. Diante disso, não foi por acaso que entre os conteúdos de “higiene” presentes no programa da Escola Moderna, também foi possível verificar o ensino teórico sobre o corpo e seu funcionamento.

Os alunos serão ensinados a conhecer o próprio corpo e as regras básicas de higiene elementar que é indispensável praticar para a manutenção da saúde. Primeiramente, o professor mostrará a estrutura do corpo humano: o esqueleto, depois os músculos, órgãos de movimento, fazendo entender que os ossos nem sempre têm a mesma dureza, já que os ossos são completamente moles na criança e que não adquirem consistência até a finalização do crescimento, sendo de suma importância permanecer sempre em movimentos regulares para não alterar a forma dos ossos quando ainda mantêm a flexibilidade. (Jacquinet, 1901a, p. 37).

A diretora da Escola Moderna, Clemence Jacquinet, apresentou o programa sobre “higiene” e “fisiologia humana”, justificando que sua necessidade estava em esclarecer para as crianças sobre o corpo humano e as formas de conservar sua saúde física. As preocupações com o asseio, tanto do corpo quanto das roupas, com a postura e os hábitos que se direcionassem a procedimentos de civilidade, eram orientações frequentes nas prescrições e práticas de atividades conduzidas com o propósito de uniformizar as crianças a um modelo de corpo higienizado.

Essa afirmação pode ser verificada em outra prática conduzida pelos atores da Escola Moderna, isto é, as “inspeções de limpeza”. Essas inspeções ocorriam todos os dias em dois momentos, na entrada dos alunos e no retorno do recreio para a sala de aula. Segundo as palavras da diretora Jacquinet: “A inspeção de limpeza é muito necessária nas aulas preparatórias. Nesse ponto, o professor não tolerará a menor negligência, observando para que todos os alunos apresentem, em sua pessoa e em suas vestimentas, um aspecto irrepreensível” (Jacquinet, 1901b, p. 10), acrescentando, ainda, as advertências de que “[...] as crianças serão avisadas de que a cabeça, o rosto e as mãos serão examinados todas as manhãs e tardes” (Jacquinet, 1901b, p. 11). Essas inspeções ocorriam fora de sala de aula, “[...] por exemplo, no recreio quando o tempo possibilitar, permitindo o acesso à sala de aula apenas para crianças consideradas dignas de entrar” (Jacquinet, 1901b, p. 11).

Embora o professor devesse estar atento à fiscalização das mãos, rosto, cabeça e das roupas das crianças, para que não entrassem na sala de aula sem a devida higienização, Jacquinet salientava que ele deveria também ter sensibilidade em relação às condições dos alunos, uma vez que a falta de trato higiênico advinha da ingenuidade infantil. Assim, o professor não deveria humilhá-los por esse motivo: “Mas como essa visita, como tudo relacionado à educação, exige muito cuidado, para ser eficaz, ela deve ser minuciosa sem degenerar em vexatória” (Jacquinet, 1901b, p. 10). Portanto, segundo a diretora, os professores, para a inspeção de limpeza dos escolares, deveriam estar em conformidade com alguns procedimentos: 1. era preciso evitar “[...] a utilização de um tom severo [...]” (Jacquinet, 1901b, p. 11), pois o papel do professor era “[...] mostrar reação de espanto pela falta de jeito da criança que não sabe se limpar e que deve ser entregue ao representante para ensiná-la a se lavar, considerando que é muito vantajoso forçá-la a fazer isso sozinha” (Jacquinet, 1901b, p. 11); 2.

quando possível, encaminhar “[...] os alunos a tomar banho pelo menos uma vez por semana [...]” (Jacquinet, 1901b, p. 11) nas próprias instalações da Escola Moderna; e 3. o professor deveria explicar sobre “[...] as vantagens da limpeza e as desvantagens da sujeira [...]” (Jacquinet, 1901b, p. 10), estando suas orientações concentradas nos “[...] assuntos de higiene do corpo e de limpeza, expondo as vantagens dos banhos, das lavagens gerais, etc.” (Jacquinet, 1901b, p. 11).

Percebe-se que existia um ritual racionalizado, com esquemas de condutas e aparências que os estudantes deveriam assimilar. Não sendo suficiente o ensino teórico sobre a higiene, os alunos aprendiam na prática, pois os próprios professores ou outros agentes pedagógicos levavam a criança para se lavar. Existia um método sofisticado de indução de costumes, mas aqueles hábitos que as crianças contraíam no convívio do lar, ou em outros ambientes fora da Escola Moderna, não coincidiam com o modelo instituído naquele lugar. Como asseverou Jacquinet, as crianças apenas entrariam em sala de aula “[...] quando consideradas dignas de entrar” (Jacquinet, 1901b, p.11). O que supõe compreender que tais costumes trazidos pelas crianças não eram dignos aos moldes estabelecidos pela diretora.

Esse modelo regulador de hábitos e do corpo da criança joga com a dualidade entre bom e mau; feio e bonito; digno e indigno, na intenção de qualificar o que era correto de ser reproduzido pelas crianças e o que não era. Apoiada pela ciência, a Escola Moderna elaborou uma série de comportamentos éticos e morais, associados à “verdade”, a um modelo “correto” a ser seguido. Como reforçava Jacquinet, o professor no “[...]primeiro dia de aula explica as vantagens da limpeza e os inconvenientes da sujeira, tanto no sentido correto quanto por extensão aplicada à moralidade” (Jacquinet, 1901b, p. 10).

### **Instruir para a civilidade**

No entanto, a Escola Moderna não centrava seus esforços em educar os corpos das crianças e seus hábitos somente por meio daquelas atividades tradicionalmente reconhecidas para esse propósito, mas também investia nas atividades artísticas para desenvolver as medidas higiênicas, como, por exemplo, as aulas de canto. Em uma prescrição sobre o ensino do canto, se reiterava que os estudantes deveriam ter um comportamento impecável. Exigia-se que fossem ordeiros e diligentes, sendo uma das principais preocupações no curso da aula, o tom de voz dos alunos. Ainda que a prescrição levasse em consideração o ensino do canto, suas indicações se estendiam para o plano dos comportamentos. Em uma passagem, o(a) autor(a) reitera que cantar não seria gritar, algo recorrente entre os estudantes, pois: “Pelo esforço que exige falar forte, a criança fala alto, levanta a voz a um tom mais acima do que lhe é habitual”. O hábito de cantar em um tom muito alto não era visto como saudável, tampouco um comportamento admirável, visto que “[...] se converte em um costume [...] abominável que se encontra com muita frequência em algumas senhoras e em muitos homens” (Boletín, 1906, p. 109).

O ensino do canto teria também como função educar a criança para se portar na vida privada e pública, assimilar condutas para demonstrar boa aparência, bem como revelar-se como uma pessoa de “bom tom” e “civilizada”. Para tanto, o modo de falar era visto como um comportamento que deveria ser moldado para aquilo que se dizia respeito aos bons costumes, tal qual ter uma boa dicção: “A criança que se acostuma a essa monotonia de apoiar a voz falando igualmente sobre cada sílaba” desenvolve um hábito terrível, pois assim “perderá toda dicção” (Boletín, 1906, p. 109).

É notável a intenção em modificar os hábitos das crianças para algo compreendido como mais condizente com a lógica da civilidade, sobretudo aquela difundida pelas classes burguesas. Assim, os alunos deveriam modificar o “[...] mau hábito de cuspir no chão, tossir sem colocar a mão na frente da boca. Todas essas precauções são de grande importância higiênica” (Jacquinet, 1902, p. 83). A diretora ainda acrescenta:

Por exemplo, pode falar em sala de aula, mas nunca gritar. É preciso sempre estar em atitude regular e descartar posições descuidadas e preguiçosas [...]. Recomendo também que o aluno seja inspirado a amar a sala de aula. Todos devem cuidar para que não haja papéis no chão, livros espalhados nas mesas ou manchas de tinta no chão ou nas paredes. Cada objeto que já foi usado deve ser cuidadosamente colocado em seu lugar antes de pegar outro, e, se houver necessidade de indicar algo em um mapa ou em uma tabela, uma varinha especial será usada para esse fim e nada será tocado com o dedo (Jacquinet, 1901b, p. 11).

A ordem era entendida como um comportamento sanitário e de civilidade. Era preciso transmitir um conhecimento às crianças que as fizesse praticar hábitos de zelo e cuidado, além de manter a boa aparência da sala de aula – por isso, os hábitos de “bom tom” e urbanidade foram tão difundidos naquele momento. Estar bem trajado, asseado e ter costumes de civilidade eram hábitos aventados nos manuais de urbanidade e higiene espanhóis, no fim do século XIX (Guereña, 2000). O historiador Jean-Louis Guereña assim define os propósitos dos manuais de urbanidade nas escolas espanholas.

A insistência observada nesses manuais de "higienizar" a vida dos meninos e das meninas a quem são direcionadas obedece claramente a critérios de racionalidade econômica e social, na medida em que a higiene se torna mais um instrumento de controle social dentro da urbanidade (Guereña, 2000, p. 69).

O ensino da urbanidade, por meio dos manuais analisados pelo historiador, parece ter uma aplicação sobre os alunos com a finalidade de construção de uma distinção de classe – educar a criança para que tenha a aparência e os modos adequados à classe social que pertence. Quem conservava esses “bons” hábitos era considerado um indivíduo melhorado, superior, correto. Na Escola Moderna, contudo, é possível verificar a prescrição da formação para uma urbanidade aparentemente mais apropriada para os interesses classistas aos quais ela se associava.

Os homens precisam de fórmulas para se relacionar, se despedir etc., seus direitos devem ser respeitados reciprocamente para não serem incomodados. É necessário que ninguém se sacrifique, que ninguém tenha privilégios, sempre odiosos, por serem injustos, como representação de injustiças sociais. Em uma palavra, a urbanidade é o contrapeso ao egoísmo brutal, que seria cinicamente exibido se seres delicados não tivessem o sentimento do que é devido aos outros e, para o equilíbrio social subsistir, a necessidade de experimentar os benefícios da ajuda mútua e de expressá-los através da urbanidade, que é a bela expressão do altruísmo fraterno (Duval, 1903, p. 80).

Sob uma ótica particular, a autora dessa prescrição entendia que a urbanidade prezava pela fraternidade humana, pela solidariedade e pelo respeito mútuo, independentemente de classes sociais. Não importava se o sujeito era camponês ou operário, a urbanidade entre todos deveria ser praticada, pois era considerada uma expressão de benevolência natural, algo inato presente na humanidade, no sentido *lato* da palavra. Isto é, a urbanidade era universal tendo em vista que deveria ser praticada por todos os sujeitos no intuito de superar o egoísmo e o individualismo. No entendimento de Duval, a urbanidade é algo que deve ser ensinado ou, ao

menos, despertado, sobretudo quando esse imperativo de benevolência universal não estava presente no sujeito: “[...] os homens precisam de fórmulas para se relacionar, despedir-se, etc. [...]” e a urbanidade era “[...]o contrapeso ao egoísmo brutal” (Duval, 1903, p. 80). Essa acepção poderia ser inculcada na criança, objetivando-se também a regeneração moral. O bom relacionamento em sociedade e as boas maneiras de se portar com os demais sujeitos eram entendidos como um traço moral e indispensável na coesão social.

Parece-nos que a Escola Moderna tinha dois propósitos com o ensino da urbanidade. O primeiro era proporcionar a todos os escolares os mesmos conhecimentos e comportamentos que a burguesia estabelecia como privilégio de classe, ou seja, os hábitos higiênicos e de “bom tom”, vistos como privilégios que conservavam seu caráter distintivo, deveriam ser superados através da vulgarização desses conhecimentos e comportamentos a todos. O segundo era que essa medida expressava os elementos relevantes para a Escola Moderna, a fraternidade e o altruísmo, no sentido de que essa sensibilidade de benevolência universal, manifestada pelos novos comportamentos ensinados, permitiria o bom relacionamento de todos em sociedade, sem estabelecer nenhuma forma de opressão. Era, enfim, possibilitar, coletivamente, que todos tivessem as mesmas competências, pudessem partilhar desses costumes socialmente e, desse modo, estabelecer o bem-estar social.

Não obstante, o argumento da Escola Moderna para justificar o ensino da “higiene” e novos comportamentos, bem como o combate de costumes reconhecidamente tradicionais ou vinculados a referências do passado, se ancorava em pressupostos político-ideológicos, sobretudo o tom anticlerical presente nas prescrições e nos manuais escolares. Isso pode ser verificado em uma prescrição de Francisco Ferrer y Guardia:

A respeito da higiene, a sujeira católica domina a Espanha, San Alejo e San Benito Labra, não os únicos, nem os mais característicos porcos que aparecem na lista dos supostos habitantes do reino dos céus, mas uns dos mais populares entre os imundos e inumeráveis mestres da imundície. Com tais tipos de perfeição, imerso no ambiente repleto de ignorância, hábil e perversamente sustentado pelo clero e a realeza de tempos passados, bem como pela burguesia liberal até os nossos dias democráticos atuais; claro que as crianças que vem a nossa escola haviam de ser muito debilitadas sobre a questão da limpeza: a sujeira era atávica. Nós combatemos a sujeira de forma prudente e sistemática, demonstrando às crianças a repugnância que emana de todo objeto, de todo animal e toda pessoa suja; já ao contrário, o agrado e a simpatia que devem sentir frente a limpeza. Depois, esclarecíamos a limpeza como assunto de beleza e a sujeira como característica de feiura, assim entrávamos decididamente no terreno da higiene (Ferrer y Guardia, 2013[1907], p. 58-59).

As advertências de Ferrer y Guardia sobre como foi ensinado o conteúdo “higiene” na Escola Moderna, embora longas, são bastante elucidativas. É evidente que incorporar certos costumes em razão de uma melhora da saúde física e mental, não dizia respeito somente a questões biológicas/fisiológicas, mas também a um modo de se distinguir de práticas e concepções associadas às instituições que remetiam aos velhos hábitos e ideologias do passado, em especial, as referências clericais, monárquicas e burguesas na Espanha.

Direcionou-se à tradição e às referências do passado toda a carga de desprezo que essa mentalidade higienista da Escola Moderna carregava contra a sujeira, a desordem e a falta de salubridade. A desqualificação dos santos católicos – o que implicava também uma desqualificação da Igreja Católica – chamando-os de “sujos”, “imundos” e “porcos”, demonstra a tentativa de marcar uma distinção social e política na esfera comportamental, a saber: praticar

hábitos higiênicos de limpeza corporal era visto como um ato saudável, pois permitia conservar a saúde física, mas também constituía práticas e prescrições opostas àquelas tributadas aos santos e à Igreja Católica. Instituiu-se uma clara cisão entre o certo e o errado, tomando-se como parâmetro os comportamentos e as referências católicas: era repugnante ser sujo, assim como os santos da Igreja; em contraposição, estimulava-se a simpatia pelos hábitos saudáveis que levavam à limpeza corporal, tais como os praticados no ensino da Escola Moderna. Ademais, a prescrição de Ferrer y Guardia indica a relevância dada aos sentimentos e o apelo em sensibilizar os escolares para tomar esses comportamentos higiênicos como habituais. O jogo dual entre “ser repugnante” ou “ser agradável”, ou, ainda, a associação da limpeza com a beleza e a da sujeira com a feiura, que o pedagogo catalão aplicava em seu argumento, reforça esse aspecto educativo da Escola Moderna de se diferenciar de determinadas práticas e instituições, fazendo isso através de uma mobilização dos sentimentos dos alunos.

Verificamos que a intervenção higienista da Escola Moderna tinha uma ação não somente sobre a herança que os pais deixavam às crianças – os aspectos biológicos e morais, seus hábitos e costumes sob o argumento da melhoria da saúde e regeneração social –, mas também, havia uma força ideológica atuando na argumentação das escolhas por determinados comportamentos e saberes a serem desenvolvidos nessa escola.

### Considerações Finais

Ao analisar as prescrições sobre os conteúdos de “higiene”, “fisiologia humana” e “inspeção de limpeza”, bem como as prescrições do médico escolar Martínez Vargas no programa da Escola Moderna de Barcelona, ficou evidente um claro contraste entre as tradições populares, baseadas nos costumes e comportamentos legitimados pelos grupos sociais que esses estudantes pertenciam, com a retórica higienista promovida pelos agentes pedagógicos da Escola Moderna – direção, médico escolar, professores etc. Existia um tensionamento tácito entre os costumes trazidos pelos alunos e aquilo que a instituição compreendia como um comportamento adequado. Daí desencadeou um processo de reformulação dos hábitos dos estudantes, ou melhor, de indução de novas práticas que estivessem de acordo com a lógica da civilidade, do decoro e do “bom tom”, em consonância com os hábitos modernos de ser e estar. Isto é, advogava-se por obliterar as tradições populares com a justificativa de se estabelecer uma nova tradição reconhecida como “moderna”.

Devemos compreender que essa abordagem higienista na Escola Moderna apresentava-se com duas finalidades. A primeira, o cuidado com a saúde e a manutenção da vida biológica dos seus alunos, sobretudo aqueles oriundos de classes menos abastadas. Para tanto, centrou esforços na formação dos corpos das crianças para a aquisição de conhecimentos e competências sanitárias e higienizadoras para, assim, conservar a sobrevivência orgânica de seus estudantes, mesmo diante da falta de salubridade e de higiene condicionadas pela miséria. Segundo seu fundador,

A Escola Moderna pretende combater todos os obstáculos que dificultem a emancipação total do indivíduo [...] e para isso adota o racionalismo humanitário, que consiste em inculcar na infância o afã de conhecer a origem de todas as injustiças sociais para que, com seu reconhecimento, possa combater e opor-se a todas elas. A educação racionalista e científica da Escola Moderna deve abarcar [...] o estudo de tudo aquilo que seja favorável a liberdade do indivíduo e a harmonia da coletividade, mediante um regime de paz, amor e bem-estar para todos sem distinção de classe, nem de sexos (Ferrer y Guardia, 2013 [1907], p. 173).

Desse modo, entendia-se que o conhecimento era patrimônio humano e, por isso, deveria ser difundido a todos. Como bem colocou Martínez Vargas, o domínio do saber higiênico pelas crianças foi de suma importância, uma vez que através dele era possível mitigar “[...] os problemas de saúde e contribuir para o prolongamento natural da vida material, da virtude e da moral; em resumo, do conhecimento e da prática da higiene depreendem a felicidade e a justiça social” (Boletín, 1902, p. 11). Difundir o conhecimento científico para todos seria garantir aos mais pobres os mesmos direitos que as classes abastadas. Daí justificasse a apropriação de hábitos e procedimentos burgueses, entendidos como civilizados. Isso pode ser constatado em uma passagem no *Boletín de la Escuela Moderna*, quando o periódico trata da higiene para o proletariado.

Isso acontece com a moral ou mesmo com a higiene, ideias que têm certo parentesco entre si, como mostram alguns pensadores que as definiram considerando-as respectivamente como guias da ação ou do corpo, sem nenhum inconveniente prático além daquele que impede a pobre criança abandonada, que não tem outros professores além da miséria e do vício, e o trabalhador, que tem o salário como único recurso, observa uma moralidade que não conhece ou [que não consegue] comprar uma higiene cara e que só está disponível para os privilegiados (Boletín, 1903, p. 45).

A Escola Moderna, de modo bastante pragmático, compreendia que tais costumes cooperavam para uma melhora da vida orgânica e social da população mais pobre e, por esse motivo, investiu no ensino dos saberes higiênicos e na indução de novos hábitos e comportamentos nas crianças. Por outro lado, deve-se sublinhar que os comportamentos reiterados pela escola, vez ou outra, apareciam com intenções para além da dimensão biológica.

Estava também no componente ideológico o vetor de convencimento para que os estudantes adquirissem determinados hábitos higiênicos. O modo de operar, mostrando a beleza nas coisas e pessoas limpas, e a feiura na sujeira, bem como outras formas de polarizar – certo e errado; repugnante e agradável – demonstram uma maneira sofisticada da Escola Moderna atuar a fim de sensibilizar os alunos. O que estaria em jogo nesse modo de operar foi o estabelecimento, para os estudantes, de uma forma distinta de ser e agir, em especial, antagonizar com as representações do passado – clero e monarquia – e com as classes sociais que estavam em disputa com os mais pobres – a burguesia.

Diante disso, é importante sublinhar a cautela que se deve ter quando se mobilizar conceitos como “civilizar”, “modernizar”, “regenerar” etc. cujo propósito era modificar ideias, hábitos e tradições. A depender do grupo social que se torna objeto das investigações, a noção sobre esses conceitos se revela polissêmica. Existem semelhanças no modo de atuar, nos argumentos, nas práticas e nas prescrições, contudo, eventualmente, esses mesmos grupos sociais que atuam de modo similar, apresentam fins distintos para o processo educacional. Foi o caso da Escola Moderna, ainda que mostre certa semelhança em suas prescrições em torno da questão higienista com a retórica que circulou naquele momento. Seus propósitos vislumbravam um destino muito próprio em razão das questões ideológicas a qual se associava, pois havia um notado projeto socialista em desenvolvimento no curso daquela educação.

## Referências

ANDRÉS, José Reche. La pediatría española a través de la revista "La Medicina de los Niños", 1900-1936. 1981. 344 f. *Tese (Doutorado)* – Facultad de Medicina Departamento de Historia de la Medicina, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 1981.

BOLETÍN DE LA ESCUELA MODERNA. *Conferecias de la Escuela Moderna*. Barcelona, Año II, n. 1, p. 10-12, 31 oct. 1902.

BOLETÍN DE LA ESCUELA MODERNA. *El Canto en las Escuelas*. Barcelona, Año V, n. 9, p. 107-110, 31 may. 1906.

BOLETÍN DE LA ESCUELA MODERNA. *La Instrucción de Clase*. Barcelona, Año III, n. 4, p. 45-46, 31 dec.1903.

BAÑUELOS, Aida Terrón. La higiene escolar: un campo de conocimiento disputado. *Areas – Revista Internacional de Ciencias Sociales*, Murcia, n. 20, p. 73-94, 2000.

DUVAL, Laura. *La Urbanidad*. Boletín de la Escuela Moderna, Barcelona, Año II, n. 7, p. 80, 30 abr. 1903.

ESPAÑA. Real-Decreto, de 26 de outubro de 1901. *Gaceta de Madrid*, Madrid, n. 303. p. 498-499, 30 oct.1901.

FERRER Y GUARDIA, Francisco. *La Escuela Moderna*. Madrid/Tenerife/Buenos Aires: La Malates Editora/Tierra de Fuego/Utopia Libertária, 2013 [1907].

GRAVE, Jean. *Las Aventuras de Nono*. Barcelona: Publicaciones de la Escuela Moderna, 1903.

GUEREÑA, Jean-Louis. Urbanidad, higiene e higienismo. *Areas – Revista Internacional de Ciencias Sociales*, Murcia. n. 20, p. 61-72, 2000.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

JACQUINET, Clemence. Ciencias Naturales. *Boletín de la Escuela Moderna*, Barcelona, Año I, n. 3, p. 37-38, 31 dec. 1901a.

JACQUINET, Clemence. Explicaciones del Empleo del Tiempo – Visita de limpieza – Orden en la clase. *Boletín de la Escuela Moderna*, Barcelona, Año I, n. 2, p. 10-11, 30 nov. 1901b.

JACQUINET, Clemence. Clasificación de los discipulos. *Boletín de la Escuela Moderna*, Barcelona, Año I, n. 7, p. 82-83, 31 may. 1902.

LE BRETON, David. *A sociologia do corpo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

LOPES DE PAIVA, Fernanda Simone. Contribuições da Hygiene à escolarização da Educação Física. *Movimento*, Porto Alegre. v.10, n.3, p.53-75, 2004. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.2849>

LUGAN, Alphonse-Marie. *Un Précurseur du Bolchevisme Francisco Ferrer: sa vie et son oeuvre: étude critique*. Paris: Procure Générale, 1921.

MALVERT. *Origen del Cristianismo*. Barcelona: Publicaciones de la Escuela Moderna, 1906.

MAR DEL POZO ANDRÉS, Maria del. Salud, higiene y educación: origen y desarrollo de la Inspección Médico-Escolar en Madrid (1900-1931). *Areas – Revista Internacional de Ciencias Sociales*, Murcia, n. 20, p. 95-119, 2000.

MATÍAS, Miguel Labay. Andrés Martínez Vargas: the Founder of Modern Paediatrics in Spain. In: *Pediatric Nursing, Psychiatric and Surgical Issues*. (p. 3-30). Intechopen (e-book), 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.5772/58889>

MAYOR MAYOR, Alejandro. *Historia de la Educación Física Infantil en España en el Siglo XIX*. Alcalá: Universidad de Alcalá, 2002.

MORENO, Andrea; SEGANTINI, Verona Campos; FERNANDES, Gyna de Ávila; JESUS, Luciano Jorge de. “*Gesticulação nobre, sympathica e attitude digna*”: educação do corpo na formação de professoras (Escola Normal Modelo da Capital, Belo Horizonte, 1906-1930). *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 12, n. 1 (28), p. 221-242, 2012.

MURO, Nora. *La Enseñanza en la Escuela Moderna de Francisco Ferrer y Guardia: Barcelona (1901-1906)*. Burgos: Editorial Gran Via, 2009.

OCAÑA, Esteban Rodríguez. La construcción de la salud infantil: ciencia, medicina y educación en la transición sanitaria en España. *Historia Contemporánea*, n. 18, p. 19-52, 1998.

OCAÑA, Esteban Rodríguez; PERDIGUERO, Enrique. Ciencia y persuasión social en la medicalización de la infancia en España, siglos XIX-XX. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, v.13, n.2, p.303-324, abr./jun. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702006000200007>

POZO ANDRÉS, Maria del Mar del. Salud, higiene y educación: origen y desarrollo de la Inspección Médico-Escolar en Madrid (1900-1931). *Areas – Revista Internacional de Ciencias Sociales*, Murcia, n. 20, p. 95-119, 2000.

PRADO DA SILVA, Pedro Henrique. Escolarização e Anarquismo: modernização educacional e educação dos corpos na perspectiva libertária na Escola Moderna de Barcelona (anos finais do século XIX e início do século XX). 2021. 292 f. *Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021*.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Entre a ortopedia e a civilidade: Higienismo e educação do corpo no Brasil. *Historia de la Educación*, Salamanca, n. 28, p. 109-134, 2009.

SOLÀ GUSSINYER, Pere. *Educacion i Moviment Llibertari a Catalunya (1901-1939)*. Barcelona: Edicions 62, 1980.

THOMPSON, Edward P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.150-202.

VARGAS, Andrés Martínez. Consejo á las madres. Peligro de los remedios caseros. *Boletín de la Escuela Moderna*, Barcelona, Año V, n. 1, p. 9, 30 sept. 1905.

VARGAS, Andrés Martínez. Protección higiénica de las escuelas. *Boletín de la Escuela Moderna*, Barcelona, Año III, n. 3, p. 25-28, 30 nov. 1903.

VEIGA, Cynthia Greive. Elaboração de hábitos civilizados na constituição das relações entre professores e alunos (1827-1927). *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 21, p. 61-92, 2009.

VIÑAO, Antônio. *Escuela Para Todos: Educación y Modernidad en la España del Siglo XX*. Madrid: Marcial Pons Historia, 2004.

VIÑAO, Antônio. Higiene, salud y educación en su perspectiva histórica. *Revista Educar*, Curitiba, n. 36, p. 181-213, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602010000100013>